

Cem anos da Reforma de Córdoba

Como uma rebelião contra a hierarquia rígida em uma universidade no interior da Argentina inspirou mudanças em toda a América Latina

Fabrizio Marques

Em 9 de setembro de 1918, dezenas de estudantes ocuparam a sede da Universidade Nacional de Córdoba, na Argentina, reabriram a instituição, que estava fechada e sem reitor desde o mês anterior, e instalaram seus líderes Enrique Barros, Horacio Valdés e Ismael Bordabehere no comando, respectivamente, das faculdades de medicina, direito e engenharia. A ocupação durou pouco tempo – o Exército foi chamado e prendeu 83 estudantes, que seriam liberados mais tarde. Três dias depois o ministro da Instrução Pública, José Salinas, chegou à cidade e assumiu como interventor da universidade. Ele desvinculou a instituição dos jesuítas que a fundaram em 1613 e reformou seus estatutos, incorporando as reivindicações dos alunos por autonomia, participação na gestão acadêmica e modernização dos currículos. Vários catedráticos que se opunham ao movimento renunciaram.



Estudantes içam a bandeira argentina na sede da universidade, no dia 9 de setembro de 1918



A chegada de Salinas colocou um ponto final na rebelião iniciada um ano antes, cujo estopim foi um problema pontual – a insatisfação dos alunos de medicina com o fechamento da moradia estudantil –, que desencadeou um movimento que ultrapassou os limites da universidade para alcançar outros países da América Latina. Houve uma ruptura com um modelo acadêmico autocrático e clerical adotado durante a colonização espanhola que ainda vigorava na Universidade de Córdoba, fundada quando a Argentina era parte do vice-reino do Peru.

“Os estudantes se insurgiram contra a forma de ensino, baseada na repetição e na obediência, e em seu caráter quase religioso, ministrado em claustros” explica Denise Leite, pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e uma estudiosa da Reforma de Córdoba. Ela lembra que a cidade argentina era um reduto conservador, famosa por ter resistido à luta pela independência 100 anos

Marcha por reformas em Córdoba: contra o modelo acadêmico autocrático e clerical

antes, e destoava da modernização em curso do país, que àquela altura tinha uma classe média urbana emergente e mais da metade da população vivendo nas cidades. “Na Universidade de Córdoba, o ensino era dogmático, as cátedras, em muitos casos, hereditárias e havia uma negação do que dizia respeito à ciência. No curso de medicina, por exemplo, o ensino era oral e se fazia sem prática nem visita a doentes.”

Os princípios da reforma de Córdoba haviam sido lançados em junho de 1918 em um manifesto redigido pelo advogado Deodoro Roca intitulado “A juventude argentina de Córdoba aos homens livres da América do Sul”. O documento denunciava os métodos docentes “viciados pelo dogmatismo”, que contribuíam para manter a universidade apartada das disciplinas modernas e da ciência – as ideias de Charles Darwin eram proibidas –, e apontava as cátedras como responsáveis por “um espetáculo de imobilidade senil” e um “refúgio dos medíocres”.

No rol das reivindicações, exigia-se a participação dos alunos na estrutura administrativa, a frequência livre nas aulas, o fim das cátedras, a extensão universitária, a assistência social aos estudantes e a autonomia universitária. Entre os efeitos da reforma, novos professores foram admitidos, ainda que as cátedras tenham sido mantidas, e se criou um modelo autônomo



O advogado Deodoro Roca escreveu o manifesto que cristalizou as ideias reformistas

conhecido como cogoverno, que seria adotado em outras universidades do país: por inspiração da reforma de Córdoba, a gestão das instituições de ensino superior públicas da Argentina obedece a um esquema tripartite, em que decisões são tomadas por professores, alunos e egressos.

Tais ideias ganharam eco em todo o continente. “A reforma universitária foi um parâmetro comum a todos os países latino-americanos. Os jovens de Córdoba apresentavam um diagnóstico do ensino e da produção do conhecimento e traziam uma nova pauta de realidade social e econômica”, explica o historiador José Alves de Freitas Neto, pesquisador da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e autor de um artigo sobre a Reforma de Córdoba publicado em 2011 na revista *Ensino Superior Unicamp*. Em outros países da região, formaram-se federações de estudantes que se reuniram em um congresso mundial na Cidade do México, em 1921, lembra o historiador José Luís Beired, pesquisador da Universidade Estadual Paulista (Unesp), *campus* de Assis, especialista em história da América Latina. Ele observa que o fenômeno

não tinha paralelo em outros lugares do mundo. “O movimento estudantil transformado em movimento social despontou na América Latina muito antes do maio de 1968 na França ou da mobilização dos estudantes da Universidade da Califórnia, em Berkeley, Estados Unidos, contra a Guerra do Vietnã. É curioso que tenha surgido em uma região menos desenvolvida e moderna, mas foi resultado da emergência dos estudantes e da juventude como atores sociais e políticos, que seria uma das marcas do século XX.”

TRANSBORDAMENTO

Se na Argentina a reforma teve-se à universidade, em outros países onde o movimento reverberou, como Peru, Cuba e Venezuela, ganhou caráter político e se radicalizou, observa Beired. “Houve um transbordamento do movimento para a sociedade, em um momento de emergência das classes médias nos países latino-americanos no qual elas vão questionar uma ordem oligárquica, que, a exemplo do que acontecia na Universidade de Córdoba, bloqueava sua ascensão política e econômica”, afirma.



Víctor Haya de la Torre, que liderou a reforma universitária no Peru em 1919 e mais tarde fundou o partido político Apra

Ele menciona como exemplo o assalto ao quartel de Moncada, em Cuba, em 1953, no qual egressos do movimento estudantil, Fidel Castro entre eles, tentaram tomar bases militares e derrubar o governo de Fulgêncio Batista, em um prenúncio da revolução que ocorreria em 1959. Outro exemplo foi visto no Peru, com a criação da Aliança Popular Revolucionária Americana (Apra), ainda hoje um partido político de centro-esquerda, fundada em 1924 pelo líder estudantil Víctor Raúl Haya de la Torre.

A repercussão no Brasil foi mais tímida e demorada do que nos países vizinhos, mesmo porque as primeiras universidades do país só surgiriam no Rio de Janeiro, em 1920, e em Belo Horizonte, em 1927. Em 1928 foi lançado no Brasil um manifesto dos estudantes a



Oitenta e três estudantes que ocuparam a Universidade de Córdoba em setembro de 1918 foram presos pelo Exército, mas libertados dias depois



Inspirados pelas ideias de Córdoba, líderes estudantis da Venezuela insurgiram-se em 1928 contra o regime do ditador Juan Vicente Gómez

seus companheiros do país. “Era inspirado na reforma de Córdoba: defendia a democracia na eleição das autoridades universitárias, a participação dos estudantes na gestão, a autonomia didática e administrativa e que a universidade tivesse mais contato com a sociedade, por meio de projetos de extensão”, ressalta José Luís Beired. “Mas é assinado por ‘estudantes’, não por algum grupo organizado. Demorou a se formar um ambiente denso em termos de mobilização estudantil no Brasil para que a reforma entrasse na ordem do dia.”

SEM VÍCIOS

A criação tardia das universidades brasileiras, na visão de Beired, fez com que elas nascessem sem muitos dos vícios contra os quais os reformistas se insurgiram. “A USP foi criada em 1934 segundo um modelo de universidade laica e voltada à pesquisa. Já a questão da autonomia teve menos espaço para crescer, pois o governo Vargas [1930-1945] era centralizador e não havia um ambiente propício para iniciativas

políticas ou reformistas na universidade”, diz. Demandas como a modernização do ambiente acadêmico viriam a ser contempladas, por exemplo, na criação da Universidade de Brasília, em 1962, e com o fim das cátedras nas universidades em 1968. “Houve um desenvolvimento gradativo, ainda que modulado por momentos autoritários.”

Beired menciona textos dos anos 1960 do antropólogo Darcy Ribeiro, o criador da Universidade de Brasília, para quem a pauta de Córdoba, em sua maior parte, já havia sido cumprida no Brasil, embora fosse ainda necessário avançar em frentes assinaladas pelos reformistas, como o engajamento da universidade no desenvolvimento social e econômico do país. “Na visão de Darcy, ainda faltava, por exemplo, aprofundar a pesquisa e a inovação tecnológica para aumentar a interação da universidade com a sociedade, assim como envolvê-la na

solução dos problemas educacionais”, assinala. “Isso continua atual.”

Segundo Denise Leite, da UFRGS, as ideias de Córdoba moldaram a personalidade das universidades latino-americanas. “Trata-se de uma universidade crítica, com estudantes que buscam participação dentro e fora dela e professores que não ficam encastelados em torres de marfim”, classifica. Para José Freitas, da Unicamp, uma razão para a reforma de 1918 ser referência até hoje é que ela implicou a defesa da bandeira da autonomia, que seria utilizada pelas universidades em diversos momentos e em diferentes países do continente contra limitações de ordem econômica e pressões impostas por governos. “A autonomia nunca foi uma bandeira simples, também porque buscava articular demandas como a inserção social da universidade com mecanismos de controle das instâncias administrativas por parte dos estudantes, professores e funcionários”, conclui. ■

Monumento em comemoração aos 100 anos da insurreição reproduz a imagem da tomada da universidade



4